

GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO REGIONAL

José Ferrari Leite*

Alguns economistas reconhecem que a Geografia alcança lugar de destaque na formulação dos planejamentos regionais (1). Sua posição de vanguarda deve-se ao fato de se constituir na ciência que melhor define a organização do espaço. Ao mesmo tempo, há mais de 150 anos a Geografia vem se aperfeiçoando no estudo das regiões e há muito reconhece a existência de unidades espaciais diferenciadas.

Por isso, enquanto técnicos em planejamento in sistem em sua região plano ou região programa sem entendê-la, o geógrafo procura antes compreender e explicar o espaço geográfico com todos os elementos que o constituem, sejam físicos, bióticos ou humanos. Desde muito cedo passou a distinguir os espaços humanizados dos domínios naturais, base para qualquer entendimento sobre o território. Distingue, no entanto, que a supremacia humana sobre a natureza advém de seu grau de civilização e cultura e não da quantidade de habitantes ou de comunidades que se distribuem pelo território. Assim, um espaço pode estar ocupado porém desfrutar de amplo predomínio dos elementos naturais.

A coerência dos estudos sobre as regiões, levou naturalmente a Geografia ao reconhecimento de áreas diversificadas nos vários Continentes. Tais regiões, foram classificadas por nomes variados, de acordo com seus atributos físicos ou as atividades humanas predominantes, com suas tradições ou tendências. Nos últimos anos, as expressões região homogênea e região polarizada vão sendo mais divulgadas e aceitas, sem que tal fato revele que sejam resultantes das antigas, ou que estas tenham desaparecido.

Assim, enquanto os espaços homogêneos consideram os fatores variados do ambiente, em toda sua complexidade, envolvendo os de ordem física, biogeográfica e humana, co

(1) HILHORST, 1975, p.17.

* Professor Assistente Doutor da Cadeira de Geografia Regional do Departamento de Geografia Humana e Regional do IPEA - UNESP - Campus de Presidente Prudente.

mo se distribuem e se entrosam entre si, os polarizados ba seiam-se essencialmente nos fatores humanos. São espaços dinâmicos em que os núcleos urbanos, à semelhança de satélites, giram em torno de astros maiores, no caso os polos regionais ou nacionais.

Alicerçados no fato de que o polo regional de atração pode influenciar o espaço que o rodeia, os planejados regionais tratam de dotá-los de atividades que impliquem em melhoria de condições de vida, reformando ou aperfeiçoando, ao mesmo tempo, as já existentes.

O poder do Estado sobre os polos regionais pode promover nova regionalização do espaço. Embora verificando-se quase sempre espontaneamente, isto é, através dos tempos, de forma natural, a regionalização, sob o incentivo estatal pode tornar-se voluntária. Neste caso, o Estado dirige a nova arrumação urbana do espaço. Basta que crie infra-estrutura em transporte e comunicação e estimule certas atividades e funções já existentes em centros previamente escolhidos.

Também aí, na regionalização do espaço, não há como negar que a Geografia terá papel de destaque.

Outrossim, uma prática que frequentemente é negligenciada nos planejamentos regionais diz respeito a delimitação da região objeto do plano. Também neste mister caberia ao geógrafo a tarefa, quer se trate de região homogênea quer seja polarizada. No primeiro caso, levará em consideração todos os componentes do meio (os tipos de vegetação natural, formas de relevo, solos, atividades humanas, etc.). No segundo, verificará as áreas de influência dos centros locais ou regionais demarcando assim o espaço que lhes pertence.

Não se entende, pois, o significado da afirmação de Stöhr, segundo a qual "delimitar regiões não vai além de um exercício acadêmico" (2). Sobretudo quando se reconhece que em determinados espaços geográficos, há muito habitados, pode existir o sentimento oriundo da relação homem-meio conhecido como consciência regional, a mais perfeita expressão da ecologia humana, com o estabelecimento de padrões culturais próprios e solidariedade regional.

(2) STÖHR, 1975, p. 01 - 09.

Outros profissionais, contudo, reconhecem a importância do território ao planejamento regional e, consequentemente de sua delimitação. "O espaço concebido sob o conceito de síntese constitui o objeto e o resultado principal do planejamento regional, em seu marco de referência mais amplo e compreensivo" (3). No entanto, ninguém melhor que o geógrafo terá o conhecimento, as técnicas e os métodos para entender e delimitar regiões, apresentado, portanto, condições de elaborar bons estudos regionais ou bem cuidados diagnósticos.

No dizer de Lord Scott, "a Geografia é a ciência da qual o planejamento é a técnica" (4). Conquanto se tenha afirmações como esta, reconhecendo o prestígio da Geografia nos planejamentos regionais, não é difícil ver-se em nosso País grupos de planejamento que não contam com um só geógrafo.

Por paradoxal que possa parecer, os próprios órgãos existentes, ligados a planejamentos regionais, foram criados sob a inspiração de Christaller e Losch, dois geógrafos, a quem coube a proposição inicial da teoria do desenvolvimento regional, em busca do caminho para a solução da grave questão dos desequilíbrios regionais, surgidos após a II Guerra.

Da mesma forma, observa-se, por vezes, que técnicas e métodos próprios da Geografia vão sendo utilizados por outros profissionais. Até mesmo os grandes princípios da Geografia, que lhe deram o status de ciência autônoma, podem ser descobertos embutidos em outros vocábulos, representando etapas do planejamento regional.

Segundo Jayme Auda, economista da CEPAL, (5) as fases do planejamento envolvem quatro atividades:

- enfoque descritivo
- enfoque positivo
- enfoque normativo
- enfoque operacional

(3) MATTOS, 1977, p. 31.

(4) GOTTMAN, 1963, p. 54.

(5) JELVES, 1977, (Palestra)

O primeiro enfoque cuida da descrição pormenorizada e aprofundada do meio geográfico e, sobretudo, das atividades econômicas nele desenvolvidas, tendo em vista sua distribuição espacial, sua organização, inter-relação e tendências.

O enfoque positivo procura descobrir as causas das situações descritas, enquanto a atividade normativa busca verificar como deveriam ser as atividades econômicas e sociais. Igualmente procuraria saber qual seria a situação ótima de acordo com as "reglas de juego" político e econômico. Finalmente, o enfoque operacional trataria do "modus operandi", de como atuar a fim de se transformar a região de acordo com os objetivos a serem alcançados.

Ora, os dois primeiros enfoques, (descritivo e positivo) que correspondem ao diagnóstico da região, nada mais são que a aplicação de dois dos princípios básicos da Geografia científica, correspondentes a:

- extensão, através do qual os estudos geográficos devem ser não só descritos mas sobretudo localizados e delimitados no espaço;

- causalidade, segundo o qual o geógrafo necessita buscar as causas dos fatos descritos e localizados, procurando ainda as consequências futuras de sua ocorrência.

O próprio enfoque normativo não poderia ser convenientemente desenvolvido sem o emprego do princípio da analogia, que completa o tripé básico da ciência geográfica.

Embora o geógrafo possa participar das etapas apontadas, é justamente no diagnóstico, que envolve claramente os princípios de extensão e causalidade, onde se sentirá mais à vontade.

A metodologia geográfica de estudos regionais é, em geral, seguida na elaboração da diagnose espacial pelos grupos de planejamento multidisciplinares. Contudo, com certa frequência, os levantamentos efetuados desprezam os estudos dos componentes físicos da região, sobretudo quando o geógrafo está ausente desses grupos de trabalho.

Assim, Boisier propõe o seguinte esquema a ser

seguido na confecção do diagnóstico (6):

- descrição das unidades individuais de base (vilas, cidades, estados, etc.) e análise de seu funcionamento dinâmico;
- descrição do sistema de atividades humanas tanto no âmbito urbano como rural;
- descrição e análise das redes de transporte e comunicações;
- descrição do sistema administrativo ligado ao desenvolvimento regional.

Observe-se pois, o descuido com a descrição e análise dos aspectos físicos do território, os quais poderiam revelar preciosos elementos naturais como: tipos de solos, de clima, de relevo, minerais componentes do subsolo, etc.

Mattos, outro economista cepalino, indica um plano de estudo bastante usado na Geografia Regional (7):

- o território natural
- ocupação e equipamento do território
- distribuição territorial dos recursos humanos
- distribuição territorial e características da estrutura produtiva
- organização e estrutura administrativa do território
- estrutura e funcionamento espacial do sistema econômico.

Neste caso, deu-se a importância necessária ao território físico.

Portanto, no momento em que se regulamenta a profissão de geógrafo no Brasil, é chegado o tempo de se incluir este profissional nos órgãos de planejamentos regionais ou nacionais. Igualmente as Secretarias de Planejamento Estaduais devem incluí-lo em suas equipes, pois, com certeza, será útil na feitura dos diagnósticos territoriais.

Finalmente, a própria lei que regulamenta a

(6) BOISIER, 1975, p. 46 - 7.

(7) MATTOS, 1977, p. 50 - 1.

profissão de geógrafo determina como sendo de sua competência:

I - Reconhecimentos, levantamentos, estudos e pesquisas de caráter físico-geográfico, biogeográfico, antropogeográfico e geoeconômico e as realizadas nos campos gerais e especiais da Geografia, que se fizerem necessárias:

a) na delimitação e caracterização de regiões e sub-regiões geográficas naturais e zonas geoeconômicas, para fins de planejamento e organização físico-espacial;

b) no equacionamento e solução, em escala nacional, regional ou local, de problemas atinentes aos recursos naturais do País;

c) na interpretação das condições hidrológicas das bacias fluviais;

d) no zoneamento geo-humano, com vistas aos planejamentos geral e regional;

e) na pesquisa de mercado e intercâmbio comercial em escala regional e inter-regional;

f) na caracterização ecológica e etológica da paisagem geográfica e problemas conexos;

g) na política de povoamento, migração interna, imigração e colonização de regiões novas ou de revalorização de regiões de velho povoamento;

h) no estudo físico-cultural dos setores geoeconômicos destinados ao planejamento da produção;

i) na estruturação ou reestruturação dos sistemas de circulação;

j) no estudo e planejamento das bases físicas e geoeconômicas dos núcleos urbanos e rurais;

l) no aproveitamento, desenvolvimento e preservação dos recursos naturais;

m) no levantamento e mapeamento destinados à solução dos problemas regionais;

n) na divisão administrativa da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

Reconhecido o valor da Geografia, é de se esperar que as Universidades procurem adequar os currículos, disciplinas e programas dos cursos destinados à formação de geógrafos idôneos e de boa categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDES, Nilo. Geografia e planejamento. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, 200: 66-70, set. out. 1967.
- BOISIER, Sergio. Métodos y técnicas de planificación regional. Santiago, CEPAL e ILPES, mimeog., 1975.
- GOTTMAN, J. D'aménagement de l'espace et la géographie. Paris, mimeog., 1963.
- HILHORST, Jos G. M. Planejamento regional: enfoque sobre sistemas. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- JELVES, José J. A. Instrumentos de análise do planejamento regional. Curso de planejamento do desenvolvimento regional. (Conferência), Brasília, 1977.
- MATTOS, Carlos A. de. La planificación regional a escala nacional. Santiago, CEPAL e ILPES, mimeog., 1977.
- STOHR, Walter. Metodología para la delimitación de las regiones en Chile. Santiago, CEPAL e ILPES, mimeog., 1975.